



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	31
1. BREVE HISTÓRICO	33
1.1. Países da família da <i>civil law</i>	33
1.2. Países da família da <i>common law</i>	34
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil	35
2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	37
2.1. Introdução	37
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva	39
2.3. Microsistema coletivo	41
2.3.1. Conceito	41
2.3.2. Casuística	45
2.4. Marcos legislativos	48
2.5. Ação de improbidade administrativa	52
3. LEGISLAÇÃO VIGENTE	61
3.1. Introdução	61
3.2. Lei das Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989)	61
3.3. Lei de Defesa dos Investidores do Mercado de Valores Mobiliários (Lei 7.913/1989)	63
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	64
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)	66
3.6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003)	67
3.7. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003)	69
3.8. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009)	71
3.9. Lei de Defesa da Ordem Econômica (Lei 12.529/2011)	72
3.10. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)	74
3.11. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016)	78
4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO	83
4.1. Processo coletivo comum	83

4.1.1.	Introdução	83
4.1.2.	Ação popular	85
4.1.2.1.	Hipóteses de cabimento	85
4.1.2.2.	Ilegalidade e lesividade do ato administrativo	90
4.1.3.	Mandado de segurança coletivo	92
4.1.3.1.	Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo	92
4.1.3.2.	Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	95
4.1.4.	Ação de improbidade administrativa	95
4.1.5.	Ação civil pública	105
4.1.6.	Mandado de injunção coletivo	106
4.2.	Processo coletivo especial	111
4.2.1.	Introdução	111
4.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade	112
4.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	112
4.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	114
4.2.5.	Ação de descumprimento de preceito fundamental	115
4.2.5.1.	Objeto da impugnação	115
4.2.5.2.	Caráter subsidiário	118
4.3.	Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	119
4.4.	Ações pseudoindividuais	120
5.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	129
5.1.	Acesso à ordem jurídica justa	129
5.2.	Princípio da participação	133
5.3.	Ativismo judicial	135
5.3.1.	Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo	135
5.3.2.	Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz	136
5.3.3.	Processo coletivo e a implementação de políticas públicas	139
5.3.4.	Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios)	145
5.4.	Contraditório	147
5.5.	Economia processual	150
5.6.	Interesse no julgamento de mérito	153
5.6.1.	Princípio de teoria geral do processo	153
5.6.2.	Especificamente o processo coletivo	154
5.6.2.1.	Introdução	154
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa	155
5.6.2.3.	Fungibilidade	156

5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível	159
5.7.	Disponibilidade motivada	160
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ? ..	165
5.9.	Obrigatoriedade da execução	166
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva	168
5.11.	Competência adequada	170
6.	DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO	173
6.1.	Direitos ou interesses?	173
6.2.	Direito difuso	175
6.3.	Direito coletivo	177
6.4.	Direitos individuais homogêneos	179
6.5.	Direitos individuais indisponíveis	182
6.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	185
7.	COMPETÊNCIA	189
7.1.	Introdução	189
7.2.	Competência da Justiça brasileira	190
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos	191
7.3.1.	Processo coletivo especial	191
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública	191
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa	192
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo	194
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo	195
7.3.6.	Processo de impedimento	195
7.4.	Competência de Justiça Especializada	195
7.5.	Competência da Justiça Comum	196
7.6.	Regra de competência absoluta	199
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	199
7.6.2.	Local do dano	200
7.6.3.	ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	203
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo	204
7.6.5.	Ação popular	205
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa	206
7.7.	Competência de juízo	208
8.	LEGITIMIDADE	209
8.1.	Espécies de legitimidade	209

8.2.	Legitimados ativos	211
8.2.1.	Cidadão	211
8.2.2.	Ministério Público	216
8.2.3.	Associação	222
8.2.3.1.	Introdução	222
8.2.3.2.	Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano	222
8.2.3.3.	Pertinência temática	224
8.2.3.4.	Representação adequada (<i>adequacy of representation</i>)	225
8.2.3.4.1.	Introdução	225
8.2.3.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> (<i>common law</i>)	225
8.2.3.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>)	226
8.2.3.4.4.	Situação atual no Brasil	229
8.2.3.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual?	230
8.2.4.	Pessoas jurídicas da administração pública	234
8.2.5.	Defensoria Pública	237
8.3.	Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo	246
8.4.	Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa	249
8.4.1.	Introdução	249
8.4.2.	Pessoa jurídica interessada	249
8.4.3.	Ministério Público	251
8.5.	Processo coletivo especial	253
8.6.	Legitimados passivos	257
8.6.1.	Introdução	257
8.6.2.	Ação popular	257
8.6.3.	Ação de improbidade administrativa	260
8.6.4.	Mandado de segurança coletivo	261
8.6.5.	Legitimação passiva no processo coletivo especial	265
8.7.	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público	268
8.7.1.	Ação popular	268
8.7.2.	Ação de improbidade administrativa	270
8.8.	Classificação da legitimidade e litisconsórcio	272
9.	RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL	273
9.1.	Introdução	273
9.2.	Litispêndência	273
9.3.	Conexão e continência	275

9.3.1.	Conceito	275
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reunião de ações conexas	276
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	277
9.3.4.	Matéria de ordem pública	278
9.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual	278
9.4.	Suspensão do processo individual	280
9.5.	Extinção do processo individual	282
10.	PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	285
10.1.	Parte	285
10.1.1.	Polo ativo	286
10.1.2.	Polo passivo	286
10.1.3.	Litisconsórcio	288
10.2.	Fiscal da ordem jurídica	288
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo	290
10.2.2.	Ação popular	291
10.3.	Sucessão processual	295
11.	LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	297
11.1.	Litisconsórcio	297
11.2.	Litisconsórcio no polo ativo	298
11.2.1.	Facultativo	298
11.2.2.	Unitário	299
11.2.3.	Litisconsórcio ativo ulterior?	300
11.2.3.1.	Processo coletivo comum	300
11.2.3.2.	Processo coletivo especial	303
11.3.	Litisconsórcio no polo passivo	305
11.3.1.	Introdução	305
11.3.2.	Ação popular	305
11.3.3.	Ação de improbidade administrativa	306
11.4.	Indivíduo como "litisconsorte" nas ações coletivas de direito individual homogêneo	307
11.5.	Intervenção de terceiros	309
11.6.	Assistência	310
11.6.1.	Assistência simples	310
11.6.2.	Assistência litisconsorcial	311
11.7.	Denúnciação da lide	312
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor	313

11.7.1.1.	Introdução	313
11.7.1.2.	Razões da vedação legal	313
11.7.1.2.1.	Introdução	313
11.7.1.2.2.	Retardamento procedimental	314
11.7.1.2.3.	Nova causa de pedir em razão da denunciação da lide	316
11.7.1.2.4.	Abrangência da vedação legal	318
11.8.	Chamamento ao processo	319
11.8.1.	Espécie atípica de chamamento ao processo	319
11.8.1.1.	Ação diretamente proposta contra a seguradora	320
11.9.	<i>Amicus curiae</i>	321
11.9.1.	Introdução	321
11.9.2.	Interesse institucional	322
11.9.3.	Requisitos	323
11.9.4.	Aspectos procedimentais	325
11.10.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	326
11.10.1.	Introdução	326
11.10.2.	Momento	328
11.10.3.	Procedimento	328
11.10.4.	Recorribilidade	331
11.10.5.	Fraude à execução	332
12.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS	333
12.1.	Introdução	333
12.2.	Conexão e continência	334
12.2.1.	Conceito e efeito	334
12.2.2.	Determinação do juízo prevento	335
12.2.3.	Prejudicialidade externa	336
12.3.	Litispêndência e seu efeito	337
12.4.	Limitação territorial do art. 16 da LACP	339
12.5.	Indevida confusão entre continência e litispêndência parcial	340
13.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	343
13.1.	Recursos e sucedâneos recursais	343
13.2.	Cabimento	344
13.2.1.	Introdução	344
13.2.2.	Ação popular	345
13.2.3.	Mandado de segurança coletivo	346

13.2.4. Processo coletivo especial	347
13.3. Legitimidade recursal	349
13.3.1. Introdução	349
13.3.2. Ação popular	350
13.3.3. Mandado de segurança coletivo	351
13.4. Efeitos	352
13.4.1. Introdução	352
13.4.2. Ação civil pública	352
13.4.3. Ação popular	355
13.5. Desistência e renúncia	356
13.6. Reexame necessário	360
13.6.1. Introdução	360
13.6.2. Ação popular	361
13.6.3. Mandado de segurança coletivo	362
13.7. Ação rescisória	363
13.7.1. Introdução	363
13.7.2. Processo coletivo comum	366
13.7.3. Processo coletivo especial	366
13.8. Pedido de suspensão de segurança	368
14. COISA JULGADA	375
14.1. Introdução	375
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	375
14.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	380
14.4. Limitação territorial da coisa julgada	382
14.5. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	387
14.6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	390
15. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	393
15.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	393
15.2. Natureza jurídica da liquidação	394
15.3. Legitimidade ativa	396
15.4. Competência	396
15.5. Espécies de liquidação de sentença	399
15.6. Direito difuso e coletivo	400
15.7. Direito individual homogêneo	401
15.8. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	402

16. EXECUÇÃO	405
16.1. Introdução	405
16.1.1. Processo de execução e cumprimento de sentença	405
16.1.2. Execução por sub-rogação e indireta	408
16.2. Legitimidade ativa	414
16.3. Direitos difusos e coletivos	416
16.4. Direitos individuais homogêneos	417
16.4.1. Introdução	417
16.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	418
16.4.3. Legitimidade	422
16.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais	425
17. TUTELA PROVISÓRIA	427
17.1. Introdução	427
17.2. Tutela antecipada	429
17.3. Liminar	432
17.3.1. Processo coletivo comum	435
17.3.2. Mandado de segurança coletivo	436
17.3.2.1. Natureza jurídica	436
17.3.2.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	438
17.3.2.3. Comunicações	438
17.3.2.4. Efeitos da liminar	439
17.3.2.5. Perempção ou caducidade da liminar	440
17.4. Cautelar	442
17.4.1. Processo coletivo comum	442
17.4.2. Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa	444
17.4.2.1. Introdução	444
17.4.2.2. Indisponibilidade de bens	445
17.4.2.2.1. Natureza jurídica	445
17.4.2.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade	447
17.4.2.2.3. Legitimidade ativa	449
17.4.2.2.4. Objeto da garantia	450
17.4.2.2.5. Limites impostos ao ato de constrição	451
17.4.2.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade	455
17.4.2.2.7. Concessão liminar da medida cautelar	456
17.4.2.2.8. Requisitos para a concessão	457
17.4.2.2.9. Prazo para a propositura da ação principal	460
17.4.2.2.10. Pedido ilíquido	461

17.4.2.2.11. Adequações	462
17.4.2.2.12. Direito intertemporal	463
17.4.2.3. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função	464
17.4.2.3.1. Natureza jurídica	464
17.4.2.3.2. Requisitos para a concessão da cautelar probatória	467
17.4.2.3.3. Tempo de duração	468
17.4.2.3.4. Sujeitos passivos da medida	470
17.4.2.3.5. Excepcionalidade do pedido	470
17.4.3. Processo coletivo especial	471
17.4.3.1. Ação direta de inconstitucionalidade	471
17.4.3.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	475
17.4.3.3. Ação declaratória de constitucionalidade	477
17.4.3.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	479
17.5. Tutela da evidência	480
17.5.1. Introdução	480
17.5.2. Hipóteses de cabimento	481
17.5.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	481
17.5.2.2. Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores	483
17.5.2.3. Prova documental em ação reipersecutória	485
17.5.2.4. Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz	485
17.5.3. Procedimento	486
18. MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	487
18.1. Introdução	487
18.2. Jurisdição	487
18.3. Equivalentes jurisdicionais	488
18.3.1. Autotutela	488
18.3.2. Autocomposição	489
18.3.2.1. Diferentes espécies	489
18.3.2.2. Termo de ajustamento de conduta	491
18.3.2.3. Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta	496
18.3.2.4. Transação durante o processo coletivo	497
18.3.2.5. Acordo de não persecução cível	498
18.3.3. Mediação	503

18.3.4. Arbitragem	504
18.3.4.1. Generalidades	504
18.3.4.2. Cabimento na tutela coletiva	506
18.3.4.2.1. Introdução	506
18.3.4.2.2. Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor	507
19. GRATUIDADE	509
19.1. Introdução	509
19.2. Isenção de adiantamento	509
19.3. Condenação em verbas de sucumbência	513
20. INQUÉRITO CIVIL	517
20.1. Introdução	517
20.2. Natureza jurídica do inquérito civil	518
20.2.1. Introdução	518
20.2.2. Legitimação exclusiva do Ministério Público	518
20.2.3. Facultatividade	519
20.2.4. Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório	520
20.2.5. Publicidade mitigada	522
20.2.6. Autoexecutoriedade	523
20.3. Procedimento preparatório	524
20.4. Procedimento	525
20.4.1. Introdução	525
20.4.2. Instauração	526
20.4.3. Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil	527
20.4.4. Instrução	529
20.4.5. Audiência pública	532
20.4.6. Arquivamento	533
20.4.7. Recomendações	535
20.5. A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares probatórias – o valor e a carga da prova produzida	536
21. PROCESSO COLETIVO PASSIVO	539
21.1. Situações jurídicas coletivas passivas	539
21.2. Situações jurídicas coletivas ativas e passivas	540
21.3. Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo	541
21.3.1. Introdução	541

21.3.2.	Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo	542
21.3.2.1.	Legitimidade	542
21.3.2.2.	Coisa julgada	543
21.3.2.3.	Demais questões processuais	545
21.4.	Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão	548
22.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	551
22.1.	Introdução	551
22.2.	Decadência	552
22.2.1.	Mandado de segurança coletivo	552
22.2.2.	Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homogêneo	553
22.3.	Prescrição	554
22.3.1.	(Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário	554
22.3.2.	Ação popular	555
22.3.3.	Ação de improbidade administrativa	556
22.3.4.	Ação civil pública	557
22.4.	Prescrição da pretensão individual	558
22.4.1.	Pretensão de conhecimento	558
22.4.2.	Pretensão executiva	559
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	561